

Disciplina: **TÓPICOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO “G”** Código: **DB067**

Pré-requisito: vide Ficha 1

Natureza: Semestral

Docentes: José Roberto Vieira e Betina Treiger Grupenmacher

**PROGRAMA:**

1. Função Promocional do Direito  
Sanções Negativas, Sanções Positivas.
2. Funções do Tributo  
Função Fiscal, Função Extrafiscal, Limitações da Extrafiscalidade, Instrumentos de Extrafiscalidade.
3. Incentivos Tributários  
Natureza Jurídica: Normas Indutoras; Espécies: Imunidades e Isenções, Subsídios e Subvenções, Diferimento, Benefícios, Classificação; Riscos e Óbices: Necessidade de Estrito Amparo Constitucional; Afastamento da Capacidade Contributiva.
4. Incentivos Tributários no Direito Comparado  
América do Norte, União Européia, Ásia e Oceania, Mercosul.
5. Incentivos Tributários no Direito Brasileiro  
Proteção da Família, Proteção do Ambiente, Promoção da Seguridade Social, Proteção da Cultura, da Educação e do Desporto.

**METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:**

Seminários, estudos de textos, exposições, aulas expositivas, debates, leituras orientadas *etc.*

**AValiação:**

Serão aplicadas provas escritas bimestrais, com matéria cumulativa, compostas de questões objetivas e discursivas, correspondentes a 70% (setenta por cento) da avaliação. Serão também aplicados diversos testes específicos (objetivos ou discursivos, individuais ou coletivos *etc.*), ao longo da cada bimestre, correspondentes aos demais 30% (trinta por cento) da avaliação.

**OBJETIVO(S):**

A partir do programa da disciplina, desenvolvido de conformidade com os procedimentos didáticos mencionados, o aluno deverá ser capaz de:

- a) Compreender a função promocional do direito, mormente pela via das sanções positivas;
- b) Caracterizar adequadamente tanto a função fiscal do tributo, quanto a extrafiscal;

- c) Compreender e distinguir os incentivos tributários, quanto à sua natureza, jurídica, quanto às suas espécies e, finalmente, quanto aos riscos que envolvem a sua utilização;
- d) Distinguir e identificar os incentivos tributários ocorrentes no Direito Comparado;
- e) Distinguir e identificar os incentivos tributários ocorrentes no Brasil.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### REFERÊNCIAS DE LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (qualquer edição recente).

BRASIL. Código Tributário Nacional (qualquer edição recente).

### REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS BÁSICAS

CATÃO, Marcos André Vinhas. Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. (Biblioteca de Teses).

MARTINS, Ives Gandra da Silva; ELALI, André; PEIXOTO, Marcelo Magalhães (coord.). Incentivos Fiscais: Questões Pontuais nas Esferas Federal, Estadual e Municipal. São Paulo: MP, 2007.

MELO FILHO, Álvaro. Teoria e Prática dos Incentivos Fiscais: Introdução ao Direito Premial. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1976.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas Tributárias Indutoras e Intervenção Econômica. Rio de Janeiro, Forense, 2005.

### REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS COMPLEMENTARES

ALONSO GONZÁLEZ, Luis Manuel. *Los Impuestos Autonómicos de Carácter Extrafiscal*. Madrid, Marcial Pons, 1995.

BIFANO, Elidie P. *et al.* Marketing de Incentivo: Uma Visão Legal. Barueri-SP: Manole, 2008.

BORGES, José Souto Maior. Introdução ao Direito Financeiro. 2.ed. São Paulo, Max Limonad, 1998, p. 46-62.

\_\_\_\_\_. Teoria Geral da Isenção Tributária. 3.ed. São Paulo, Malheiros, 2001, p. 70-77.

CAMPOS, Cândido H. Exportações: Incentivos Fiscais e Planejamento Tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

CESNIK, Fábio de Sá. Guia do Incentivo à Cultura. 2.ed. São Paulo: Manole, 2007.

COSTA, Regina Helena. Princípio da Capacidade Contributiva. São Paulo, Malheiros, 1993, p. 68-72.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. Tributação e Mudança Social. Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 43-49.

GODOI, Marciano Seabra de. Justiça, Igualdade e Direito Tributário. São Paulo, Dialética, 1999, p. 228-234.

GORDOA LÓPEZ, Ana Laura. *Los Fines Extrafiscales en el Sistema Tributario Mexicano*. México, Porrúa, 2000.

GUSMÃO, Daniela Ribeiro de. Incentivos Fiscais, Princípios da Igualdade e da Legalidade e Efeitos no Âmbito do ICMS. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2005.

MOSCHETTI, Francesco. *Il Principio della Capacità Contributiva*. Padova, CEDAM, 1973, p. 217-260.

\_\_\_\_ *El Principio de Capacidad Contributiva*. Trad. Juan M. Calero Gallego y Rafael Navas Vazques. Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1980, p. 259-298.

NABAIS, José Casalta. O Dever Fundamental de Pagar Impostos. Coimbra, Almedina, 1998, p. 627-670 e 694-696.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Direito Tributário: Capacidade Contributiva. 2.ed. Rio de Janeiro, Renovar, 1998, p. 115-121.

TIPKE, Klaus e YAMASHITA, Douglas. Justiça Fiscal e Princípio da Capacidade Contributiva. São Paulo, Malheiros, 2002, p. 37-42 e 61-69.

TRAMONTIN, Odair. Incentivos Públicos a Empresas Privadas & Guerra Fiscal. Curitiba, Juruá, 2002.

VIEIRA, José Roberto. Mesa de Debates "C" – Tributos Federais: IPI e Extrafiscalidade. Revista de Direito Tributário. São Paulo, Malheiros, nº 91, [2004?], p. 74-80.